

Americano acha que país devedor paga se crescer

O crescimento econômico dos países devedores não só é o único caminho para manter a estabilidade política da América Latina como também é a forma como esses países poderão se capacitar para pagar suas dívidas externas. É, portanto, do interesse dos credores.

Estas são as conclusões do ex-presidente do Conselho de Assessores Econômicos do governo Reagan, Martin Feldstein (atualmente integrando o corpo docente de Harvard), em longo artigo sobre a dívida latino-americana publicado na edição de 27 de junho da revista *The Economist*.

Feldstein se estende mais sobre o caso do Brasil, o maior devedor do mundo com uma dívida de US\$ 110 bilhões e um Produto Interno Bruto atual de US\$ 250 bilhões, e demonstra que, continuando seu crescimento e limitando o pagamento do serviço da dívida a 2,5% do PIB, durante dez anos, em 1997 o Brasil poderá começar a pagar o principal.

Ilustrando seu artigo com o quadro anexo, Feldstein demonstra passo a passo a situação brasileira para concluir: "É bom notar que, embora a dívida brasileira vá crescer US\$ 27 bilhões na próxima década", no caso de o país obter US\$ 4 bilhões ao ano nos próximos cinco anos e nos cinco anos seguintes empréstimos cada vez menores porque sua economia vai estar crescendo mais rápido do que os juros, "na próxima década a relação débito/PIB terá caído de 44% para 24%."

Segundo o economista, é difícil saber quanto o Brasil precisa de empréstimos "devido ao desastre do Plano Cruzado". Mas ele trabalha com os dados tornados públicos pelo

Juros X PIB

Projeções sobre a dívida brasileira no caso de se limitar o pagamento dos juros a 2,5% do PIB

(Em US\$ bilhões)

Ano	Dívida	Juros	PIB	Limite do serviço da dívida	Empréstimos adicionais
1987	110	9,9	250	6,3	4,0
1988	114	10,3	269	6,7	4,0
1989	118	10,6	290	7,2	4,0
1990	122	11	312	7,8	4,0
1991	126	11,3	336	8,4	4,0
1992	130	11,7	362	9,0	2,7
1993	132,7	12,1	420	10,5	1,6
1995	136,5	12,3	452	11,3	1,0
1996	137,5	12,4	487	12,2	0,2
1997	137,7	12,4	524	13,1	-0,7
1998	137	12,3	564	14,4	-1,8

Condições: taxa de inflação de 4%; crescimento real do PIB de 3,5% ao ano; taxa de juros de 9%; dinheiro novo: US\$ 4 bilhões ao ano até 1991 (que manterá o custo líquido do serviço da dívida naqueles anos em menos que 2,5% do PIB e em 2,5% do PIB após 1991)

ex-ministro Dilson Funaro de que o país ao limitar o pagamento do serviço da dívida a 2,5% de seu PIB teria um crescimento "aceitável" de 7% ao ano, desde que recebesse US\$ 4 bilhões anuais de empréstimos novos.

Otimista, Feldstein acha que se a relação entre a dívida e o PIB cair 18% nos próximos cinco anos (como até as previsões mais conservadoras admitem) e se a taxa de juros for de 9% (uma taxa mais alta do que a cobrada por novos empréstimos a países devedores) a conta dos juros da dívida brasileira cairá dos atuais 4% do PIB para 3,2%. E a necessidade por dinheiro novo pelo Brasil cairá de 1,5% do PIB para 0,8%.

Para encerrar sua análise do caso brasileiro, Feldstein alerta que o crescimento das exportações brasileiras não ajudará o crescimento da economia do Brasil se os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) fecharem seus mercados para os produtos brasileiros.